

SUMÁRIO

Apresentação da Coleção Tópicos de Direito	xvii
Tópico 1 – Noções Preliminares: Propedêutica Processual, Formas de Resolução de Conflitos de Interesse, Conceito, Fontes e Evolução Histórica do Direito Processual. Os Movimentos de Reforma do CPC.....	1
1. Propedêutica Processual	1
2. Formas de resolução dos conflitos de interesses	2
3. Conceito.....	2
4. Fontes do Direito Processual.....	3
5. Da Evolução Científica do Direito Processual Civil	4
Tópico 2 – O Direito Processual Constitucional e Estado Democrático de Direito. O Acesso à Justiça: Ondas Renovatórias e Princípios Norteadores. Princípios Processuais Constitucionais.....	7
1. Processo Constitucional e Estado Democrático de Direito	7
2. Acesso à Justiça	9
2.1. Introdução – Crise da Justiça	9
2.2. As ondas renovatórias de acesso à justiça – Mauro Cappelletti	10
2.3. Doutrina de Kazuo Watanabe.....	11
2.4. Princípios apontados por Paulo Cezar Pinheiro Carneiro.....	11
3. Normas e Garantias Constitucionais do Direito Processual – o princípio do devido processo legal e seus corolários	12
3.1. O princípio do devido processo legal (due process of law).....	12
3.2. Princípio do acesso à justiça (OU acesso à ordem jurídica justa – OU inafastabilidade da jurisdição – OU inafastabilidade do controle jurisdicional – OU da ubiquidade da jurisdição – OU da jurisdição una – OU da jurisdição adequada).....	13
3.3. O princípio da isonomia (OU da igualdade)	15
3.4. O princípio da fundamentação (ou motivação) das decisões judiciais	16
3.5. O princípio da publicidade.....	17
3.6. O princípio do juiz natural.....	18
3.7. O princípio do contraditório.....	19
3.8. Princípio da ampla defesa.....	21
3.9. Princípio da Tempestividade da Tutela Jurisdicional (ou da Duração Razoável do Processo)	22
3.10. Duplo Grau de Jurisdição	23

3.11. Assistência Jurídica e integral gratuita	25
3.12. Vedação das provas ilícitas ou obtidas por meio ilícitos	26
Tópico 3 – Jurisdição	29
1. Introdução	29
2. Definição	29
3. Características Essenciais da Jurisdição	30
3.1. Inércia	31
3.2. Substitutividade	31
3.3. Função de natureza declaratória	32
4. Princípios Fundamentais da Jurisdição	32
4.1. Princípio do Juiz Natural	32
4.2. Princípio da Unidade da Jurisdição	33
4.3. Princípio da Indeclinabilidade da Jurisdição	33
4.4. Princípio da Jurisdição Una ou Adequada	33
4.5. Princípio da Improrrogabilidade da Jurisdição	34
4.6. Princípio da Indelegabilidade da Jurisdição	34
5. Substitutivos (ou Sucedâneos) da Jurisdição ou Equivalentes Jurisdicionais	34
6. Jurisdição Voluntária X Jurisdição Contenciosa	35
7. Escopos da Jurisdição	36
Tópico 4 – Competência e Órgãos do Poder Judiciário	37
1. Introdução – Definição	37
2. Competência Internacional (Arts. 88/89 do CPC)	38
3. Órgãos do Poder Judiciário e Competência Interna	38
3.1. Competência em Razão do Valor (Art. 91 do CPC)	39
3.2. Competência em Razão da Matéria	40
3.3. Competência Funcional	40
3.4. Competência Territorial ou Competência de Foro (arts. 94 e segs., do CPC)	41
4. Ação Proposta em Juízo Incompetente	44
5. Critérios de Modificação de Competência	45
Tópico 5 – Ação: Teorias e Condições para o Legítimo Exercício do Direito de Ação	49
1. Teorias da Ação	49
2. Condições para o Legítimo Exercício do Direito de Ação. Considerações Preliminares	52
2.1. Legitimidade das Partes (Legitimatío ad causam)	53
2.1.1. Tipos de Legitimidade: Ordinária e Extraordinária	54
2.1.2. Tipos de Legitimidade Extraordinária	55

2.1.3. Legitimidade Extraordinária. Substituição Processual. Sucessão Processual	56
2.2. Interesse de Agir (Interesse Processual)	57
2.3. Possibilidade Jurídica do Pedido	57
Tópico 6 – Processo: Teorias, Pressupostos Processuais, Conceito e Espécies (Cognitivo, Cautelar e de Execução). Procedimento: Conceito e Espécies de Procedimento Comum (Ordinário e Sumário)	61
1. Teorias	61
1.1. Processo como Contrato	61
1.2. Processo como Quase-Contrato	61
1.3. Processo como Relação Jurídica – Teoria da Relação Jurídica Processual	62
1.4. Processo como Situação Jurídica	63
1.5. Teoria do Módulo Processual	63
2. Processo, Procedimento e Autos	65
3. Tipos de Processos	66
4. Pressupostos Processuais	67
4.1. Juízo Investido de Jurisdição	67
4.2. Partes Capazes	68
4.3. Demanda Regularmente Formulada	70
5. Espécies de Procedimentos	72
6. Procedimentos Comuns: Ordinário e Sumário	73
6.1. Procedimento Comum Ordinário	73
6.1.1. Fase Postulatória	74
6.1.2. Fase de Saneamento	76
6.1.3. Fase Instrutória (ou Probatória)	79
6.1.4. Fase Decisória	79
6.2. Procedimento Comum Sumário	80
Tópico 7 – Formação, Suspensão e Extinção do Processo de Conhecimento ..	83
1. Formação do Processo de Conhecimento	83
1.1. Princípio da Demanda e Relação Jurídica de formação gradual	83
1.2. Modificações da Demanda	84
1.2.1. Alterações Subjetivas	84
1.2.2. Alterações Objetivas	85
1.3. Requisitos da Petição Inicial	86
1.4. Análise da Petição Inicial	87
1.5. Pedidos: espécies e cumulação	88
1.5.1. Pedido Certo e Determinado e o Pedido Genérico (art. 286 do CPC)	89
1.5.2. Cumulação de Pedidos (arts. 288/292 do CPC)	90

1.6. Integralização da Relação Processual. Modalidades de Resposta...	91
1.6.2. Exceção (arts. 304 e seguintes do CPC)	92
1.6.3. Reconvenção (arts. 315 e seguintes do CPC)	93
2. Suspensão do Processo de Conhecimento	93
2.1. Espécies de Suspensão.....	93
2.2. Hipóteses de Suspensão (art. 265 do CPC)	94
3. Extinção do Processo de Conhecimento	95
3.1. Extinção SEM Resolução do Mérito (art. 267 do CPC) – Sentenças Terminativas.....	95
3.2. Extinção COM Resolução do Mérito (art. 269 do CPC) – Sentenças Definitivas	98
Tópico 8 – Partes. Procuradores. Auxiliares da Justiça. O Juiz e o MP.....	101
1. Partes e Procuradores	101
1.1. Curador Especial (art. 9º do CPC).....	101
1.2. Citação do Cônjuge (arts. 10 e 11 do CPC)	101
1.3. Deveres das Partes e Procuradores (arts. 14 e 15 do CPC)	102
1.4. Pena de Litigância de má-fé (art. 17 do CPC).....	102
1.5. Despesas Processuais e Honorários Advocatícios (arts. 19/35 do CPC).....	102
1.6. Gratuidade de Justiça (Lei nº 1.060/50)	104
1.7. Advogados (Procuradores) (arts. 36/40 do CPC)	105
2. O Juiz e os Auxiliares da Justiça.....	106
2.1. Aspectos Constitucionais.....	106
2.2. Poderes, Deveres e Responsabilidades do Juiz (arts. 125/135 do CPC).....	107
2.3. Hipóteses de Impedimento e Suspeição do Juiz.....	108
2.4. Auxiliares da Justiça (arts. 139/153 do CPC).....	109
2.5. O Ministério Público	110
Tópico 9 – Atos Processuais. Espécies e Nulidades.....	113
1. Introdução	113
2. Atos Processuais: Conceito.....	114
3. Classificação dos Atos Processuais	115
3.1. Atos das Partes (artigos 158/161 do CPC).....	115
3.2. Atos do Órgão Jurisdicional	115
3.2.1. Atos do Magistrado (artigos 162/165 do CPC)	116
3.2.2. Atos dos Auxiliares da Justiça (artigos 166/171 do CPC)	116
4. Forma dos atos Processuais.....	116
4.1. Tempo.....	116
4.2. Lugar (art. 176, do CPC).....	118
4.3. Modo (arts. 154/157 do CPC).....	118

5.	Comunicação dos atos processuais (arts. 200/242 do CPC)	120
5.1.	Citação (arts. 213/233 do CPC)	120
5.2.	Intimação (arts. 234/242 do CPC)	122
5.3.	Cartas (arts. 202/212 do CPC)	123
6.	Nulidades Processuais (arts. 243/250 do CPC)	124
6.1.	Introdução: Planos da Existência e Validade. Espécies de Invali- dades	124
6.2.	Convalidação dos Atos Processuais Inválidos	127
6.3.	A Coisa Julgada Como Sanatória Geral	127
6.4.	Plano da Eficácia dos Atos Processuais	128
Tópico 10 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros		129
I.	Litisconsórcio (arts. 46 e segs. do CPC)	129
1.	Conceito	129
2.	Classificações	129
2.1.	Quanto à posição em que se forma o litisconsórcio	129
2.2.	Quanto ao momento de formação do litisconsórcio	129
2.3.	Quanto à obrigatoriedade de formação do litisconsórcio	129
2.4.	Quanto ao regime de tratamento entre os litisconsortes	131
3.	Litisconsórcio Eventual	132
II.	Intervenção de Terceiros	133
1.	Definição	133
2.	Partes	133
3.	Modalidades	133
4.	Intervenções Voluntárias ou Espontâneas	134
4.1.	Assistência (arts. 50 e seguintes CPC)	134
4.2.	Oposição (arts. 56 e seguintes CPC)	135
4.3.	Recurso de Terceiro Prejudicado (art. 499, caput e § 1º, do CPC)	136
5.	Intervenções Forçadas	137
5.1.	Nomeação à Autoria (arts. 62 e seguintes do CPC)	137
5.2.	Denúnciação da Lide (artigos 70 e seguintes do CPC)	138
5.3.	Chamamento ao Processo (artigos 77 e seguintes do CPC) ..	140
6.	Intervenção Anômala (artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 9.469/97)	141
Tópico 11 – Direito Probatório		143
I.	Teoria Geral da Prova	143
1.	Introdução – Definição	143
2.	Objeto da Prova	143
3.	Destinatários da Prova	144
4.	Sistema de Valoração das Provas	144

5.	Procedimento Probatório	145
6.	Ônus da Prova (art. 333)	145
7.	Inversão do Ônus da Prova	146
8.	O Ônus da Prova nas Ações Declaratórias Negativas.....	147
9.	Classificação das Provas.....	148
9.1.	Quanto ao fato	148
9.2.	Quanto à preparação.....	148
10.	Provas Obtidas por Meio Ilícitos (art. 5º, LVI, CR).....	148
11.	Prova Emprestada	148
II.	Das Provas Em Espécie	149
1.	Provas Típicas e Atípicas.....	149
2.	Depoimento Pessoal (arts. 342/347 do CPC) e Confissão (arts. 348/354 do CPC)	149
3.	Exibição de Documento ou Coisa (arts. 355/363 e 844/845).....	150
4.	Prova Documental (arts. 364/399 do CPC)	150
5.	Prova Testemunhal.....	151
6.	Prova Pericial.....	152
7.	Inspecção Judicial	153
Tópico 12 – Sentença e Coisa Julgada: conceito e espécies. Análise comparativa frente às tutelas de urgência: antecipada e cautelar.....		155
1.	Introdução. Atos judiciais: Decisão em Sentido Amplo (Decisão Interlocutória, Sentença e Acórdão) e Despacho	155
2.	Classificação das Sentenças.....	156
3.	Conteúdo (ou Elementos Essenciais) da Sentença (art. 458 do CPC)...	156
4.	Publicação, Intimação, Modificação e Retratação da Sentença	157
5.	Classificação da Sentença Definitiva.....	157
6.	Coisa Julgada (arts. 467/475 do CPC)	159
7.	Espécies de Coisa Julgada	159
8.	Crítica Doutrinária ao Conceito Tradicional de Coisa Julgada Material..	161
9.	Natureza Jurídica da Coisa Julgada	161
10.	Limites Objetivos da Coisa Julgada	162
11.	Limites Subjetivos da Coisa Julgada.....	162
12.	Coisa Julgada nas Sentenças Determinativas.....	163
13.	Coisa Julgada nas Demandas Coletivas.....	163
14.	Coisa Julgada no Mandado de Segurança	164
15.	Relativização da Coisa Julgada	165
16.	Análise Comparativa Frente às Tutelas de Urgência: Antecipada e cautelar. Introdução.....	165
17.	Tutela Antecipada x Tutela Cautelar. Distinção, Fungibilidade, Requerimento, Modificação ou Revogação	166
18.	Requisitos da Antecipação da Tutela e Denominações Doutrinárias ...	167

19.	Efetivação e Irreversibilidade.....	168
20.	O Processo Cautelar.....	169
21.	Ação Cautelar. Medida Cautelar. Pedido Cautelar	170
22.	Espécies de Tutelas Diferenciadas.....	171
23.	Classificações das Medidas Cautelares.....	171
24.	Características da Medida Cautelar.....	172
25.	Requisitos da medida cautelar.....	175
26.	Poder Geral de Cautela. Poder-Dever. Deferimento de Ofício. Con- tracautela	176
27.	Competência no Processo Cautelar.....	177
28.	Procedimento Cautelar Comum	178
29.	Medidas Cautelares Típicas em Espécie	180
29.1.	Arresto (arts. 813/821 do CPC) e Sequestro (arts. 822/825 do CPC) .	180
29.2.	Caução (arts. 826/838 do CPC)	181
29.3.	Busca e apreensão de bens (móveis) e pessoas (incapazes) (arts. 839/843 do CPC)	182
29.4.	Exibição de documento ou coisa (arts. 844/845 do CPC).....	182
29.5.	Produção antecipada de provas (arts. 846/851 do CPC).....	183
29.6.	Alimentos provisionais e provisórios (artigos 852/854, do CPC, e artigo 4º, Lei 5.478/68).....	183
29.7.	Arrolamento de bens (artigos 855/860 do CPC)	185
29.8.	Justificação (artigos 861/866 do CPC).....	185
29.9.	Protesto, notificação, interpelação (arts. 867/873 do CPC).....	186
29.10.	Homologação do penhor legal	187
29.11.	Posse em nome do nascituro (artigos 877/878 do CPC).....	187
29.12.	Atentado (artigos 879/881 do CPC).....	188
29.13.	Protesto e apreensão de título (artigos 882/887 do CPC).....	188
30.	Outras Medidas Provisionais.....	188
Tópico 13 – Processos nos Tribunais e Recursos		191
1.	Introdução	191
2.	Uniformização de Jurisprudência (arts. 476/479 do CPC).....	191
3.	Declaração de Inconstitucionalidade (arts. 480/482 do CPC).....	193
4.	Homologação de Sentença Estrangeira (arts. 483/484 do CPC).....	194
5.	Ação Rescisória	195
5.1.	Introdução: Conceito e Natureza Jurídica.....	195
5.2.	Julgamento.....	195
5.3.	Prazo e Coisa Soberanamente Julgada (art. 495)	195
5.4.	Legitimidade.....	196
5.5.	Condição Específica da Ação.....	196
5.6.	Cabimento: Hipóteses de Rescindibilidade (art. 485 do CPC).....	196
5.7.	Procedimento (arts. 488/494 do CPC)	198

5.8. Duas coisas soberanamente julgadas sobre o mesmo assunto	199
5.9. Querela Nullitatis e Relativização da Coisa julgada	199
6. Recursos: Teoria geral dos recursos	200
6.1. Natureza Jurídica	200
6.2. Definição	201
6.2.1. “Recurso é um remédio voluntário”	201
6.2.2. “Dentro do mesmo processo”	202
6.2.3. “Enseja a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração”	202
6.2.4. “Da decisão judicial que se impugna”	203
6.3. Julgamento dos recursos	203
6.4. Juízo de Admissibilidade dos Recursos	204
6.4.1. Requisitos (ou pressupostos) Intrínsecos e Extrínsecos. Doutrina de Luiz Guilherme Marinoni	204
6.4.2. Requisitos (ou pressupostos) Objetivos e Subjetivos. Doutrina de Vicente Greco Filho	206
6.4.3. Condições dos Recursos e Pressupostos Recursais. Doutrina de Alexandre Freitas Câmara	207
6.5. Efeitos da interposição dos recursos	208
6.6. Efeitos do julgamento do mérito dos recursos	210
6.7. Classificações dos Recursos	211
6.7.1. Recurso Principal e Adesivo (art. 500 do CPC)	211
6.7.2. Recurso Total e Recurso Parcial	212
6.7.3. Recursos Ordinários e Recursos Excepcionais (ou Extraordinários lato sensu)	212
7. Recursos em espécie: Recursos Ordinários	212
7.1. Apelação (arts. 513 e seguintes do CPC)	212
7.2. Agravo (arts. 522 e seguintes do CPC)	216
7.2.1. Agravo de Instrumento e Agravo Retido (artigos 522/529 do CPC)	217
7.2.2. Agravo Interno (ou Agravo por Petição ou Agravo Regimental)	220
7.3. Embargos Infringentes (artigos 530/534, do CPC)	220
7.4. Embargos de Declaração (artigos 535/538 do CPC)	222
7.5. Recurso Ordinário Constitucional (artigos 539 e 540 do CPC)	224
8. Recursos em espécie: Recursos Extraordinários lato sensu (ou Excepcionais)	225
8.1. Recurso Extraordinário (RE) e Recurso Especial (Resp) (arts. 541 e seguintes do CPC e artigos 102 e 105 da CR)	226
8.2. Embargos de Divergência (artigo 546 do CPC)	228

Tópico 14 – A Nova Sistemática da Execução.....	231
1. Introdução: Tipos de Processo e Leis nº 10.444/02, 11.232/05 e 11.382/06..	231
2. Conceito.....	232
3. Princípios Fundamentais	232
3.1. Princípio da Efetividade da Execução Forçada	232
3.2. Princípio do Menor Sacrifício Possível	232
3.3. Princípio do Contraditório (art. 5º, LV, da CR).....	232
3.4. Princípio do Desfecho Único	233
4. Títulos Executivos.....	234
4.1. Conceito, Função e Espécies	234
4.2. Judiciais (artigo 475-N do CPC).....	234
4.3. Extrajudiciais (art. 585 do CPC).....	237
5. Legitimidade.....	240
6. Competência (arts. 575/579 do CPC).....	240
7. Obrigação Certa, Líquida e Exigível como Requisito para a Execução (art. 586 do CPC)	241
8. Responsabilidade Patrimonial.....	242
8.1. Definição. Dívida e Responsabilidade	242
8.2. Bens Submetidos à responsabilidade patrimonial (arts. 591/593 do CPC).....	242
8.3. Fraude contra credores (Fraude Pauliana)	243
8.4. Fraude à Execução	243
8.5. Alienação do Bem Penhorado.....	243
8.6. Efeitos da Alienação. Ineficácia absoluta e relativa.....	244
9. Liquidação de Sentença	244
9.1. Introdução. Pedido e Condenação Genéricos	244
9.2. Definição	245
9.3. Natureza Jurídica	245
9.4. Legitimidade.....	246
9.5. Natureza da Decisão e Recurso Adequado	246
9.6. Objeto	246
9.7. “Liquidação Zero”	246
9.8. Espécies de Liquidação	246
10. Das Diversas Espécies de Execução.....	247
10.1. Introdução	247
10.2. Execução Definitiva e Provisória	248
10.3. Obrigação de Entrega de Coisa Certa	248
10.3.1. Título Executivo Judicial	248
10.3.2. Título Executivo Extrajudicial.....	249
10.4. Obrigação de Entrega de Coisa Incerta (Indeterminada).....	250
10.5. Obrigação de fazer ou não fazer	250

10.5.1. Título Judicial.....	250
10.5.2. Título Extrajudicial	251
10.6. Obrigações de Emissão de Declaração de Vontade.....	253
10.7. Execução por quantia certa	253
10.7.1. Do cumprimento de sentença (título Judicial).....	253
10.8. Por Título Extrajudicial (arts. 652 e segs. do CPC).....	256
10.8.1. Citação. Honorários. Indicação de bens	256
10.8.2. Penhora. Ordem de bens Penhoráveis. Impenhorabilidade Absoluta e Relativa. Avaliação	257
10.8.3. Formas de expropriação	258
10.8.4. Defesa na Execução Por Título Extrajudicial: Embargos do Devedor (arts. 736/740, 745/747, todos do CPC)	259
10.9. Suspensão e extinção da execução	261
11. A Exceção (ou Objeção) de Pré-executividade	261
12. Execução contra a Fazenda Pública X Execução dos Créditos da Fazenda Pública	261
13. Execução de Alimentos.....	262
Tópico 15 – Principais Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária e Contenciosa	265
1. Introdução. Conceitos Preliminares	265
2. Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	266
2.1. Ação de consignação em pagamento (arts. 890/900 do CPC)	266
2.2. Consignação Extrajudicial	266
2.2.1. Consignação Judicial	267
2.3. Ação de Depósito (arts. 901/906 do CPC)	268
2.4. Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador (arts. 907/913 do CPC)	269
2.5. Ação de Prestação de Contas (arts. 914/919 do CPC).....	270
2.5.1. Ação proposta por quem tem o direito de exigir a prestação de contas	270
2.6. Ações Possessórias.....	271
2.6.1. Introdução: Teorias da Posse (Savigny X Ihering).....	271
2.6.2. Ações Possessórias ou Interditos Possessórios.....	272
2.6.3. Procedimentos das Ações de Reintegração e Manutenção da Posse.....	273
2.6.4. Procedimento do Interdito Proibitório (arts. 932/933 do CPC)..	274
2.7. Ação de Nunciação de Obra Nova (arts. 934/940 do CPC).....	275
2.8. Ação de Usucapião de Terras Particulares (arts. 941/945 do CPC)..	276
2.8.1. Introdução: conceito, espécies e procedimentos.....	276
2.8.2. Especificidades do procedimento especial.....	277

2.9. Ação de Divisão e Demarcação de Terras particulares (arts. 946/981 do CPC)	277
2.10. Procedimentos Sucessórios (arts. 982/1.062 do CPC).....	278
2.10.1. Introdução: Espécies de sucessões.....	278
2.10.2. Breves linha sobre os procedimentos sucessórios	279
2.10.3. Legitimidade para abertura de inventário (arts. 987/989 do CPC)	280
2.10.4. Competência (art. 96 do CPC) e matérias apreciáveis.....	282
2.10.5. Administrador Provisório e Inventariante	282
2.10.6. Esquema prático dos atos componentes dos procedimentos sucessórios	282
2.10.7. Incidentes Processuais	283
2.10.8. Inventários Cumulativos.....	284
2.10.9. Inventário Administrativo.....	284
2.11. Habilitação (art. 1.055 do CPC) e Restauração de Autos (arts. 1.063/1.069 do CPC)	284
2.12. Ação Monitória (arts. 1.102-A/1.102-C do CPC).....	285
3. Principais Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária	286
3.1. Regras gerais.....	286
3.2. Separação Judicial Consensual (art. 1.120 do CPC) e Litigiosa (Lei nº 6.515/77)	287
3.3. Conversão da Separação em Divórcio e o Divórcio Direito	287
3.4. Medida Cautelar de Separação de Corpos (art. 7º, § 1º, da Lei nº 6.515/77)	288
3.5. Competência.....	288
3.6. Sentença na separação judicial Consensual.....	288
3.7. Separação Consensual e Divórcio em Cartório (Lei nº 11.441/07) ..	289
4. Principais Procedimentos Especiais Previstos nas Legislações extravagantes	289
4.1. Ação de Alimentos (Lei nº 5.478/68).....	289
4.2. Ações Previstas na lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/91)	292
Tópico 16 – Tutela Coletiva de Direitos: Mecanismos de Efetivação – Ação Popular e Ação Civil Pública e Mandado de Segurança Coletivo	295
1. Introdução	295
2. Evolução da Tutela de Direitos	296
3. A Evolução da Tutela Coletiva de Direitos no Brasil	297
4. A Ação Popular	299
4.1. Legitimidade para o Ajuizamento da Ação Popular	300
4.2. Competência para Análise e Julgamento da Ação Popular	301
4.3. Coisa Julgada na Ação Popular	302
4.4. A Sistemática Recursal nas Ações Populares	303

5.	O Inquérito Civil.....	303
6.	O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).....	304
6.1.	Conceito e Classificação	305
6.2.	Características e Requisitos de Validade	307
6.3.	Legitimidade.....	308
6.4.	Natureza Jurídica	310
6.5.	Outras Questões Relacionadas ao TAC	312
6.5.1.	Finalidade e Efeitos.....	312
6.5.2.	Homologação pelo CSMP, TAC Parcial e Vícios	313
7.	Ação Civil Pública: Regulamentação, Conceito e Legitimidade.....	314
7.1.	Competência, Litisconsórcio entre Ministérios Públicos e Coisa Julgada	316
7.1.1.	Mandado de Segurança Coletivo e Coisa Julgada	319